

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Margherita Arfelli da Silva

**PRONAF – O crédito rural com o objetivo de redefinir e impulsionar
a agricultura familiar**

**Porto Alegre – Rio Grande do Sul
2007**

Margherita Arfelli da Silva

PRONAF – O crédito rural com o objetivo de redefinir e impulsionar a agricultura familiar

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração.

**Porto Alegre – Rio Grande do Sul
2007**

Margherita Arfelli da Silva

**PRONAF – O crédito rural com o objetivo de redefinir e impulsionar
a agricultura familiar**

Conceito Final:

Aprovado em _____ / _____ / _____

PROF. ORIENTADOR

Orientador – Prof. IVAN ANTONIO PINHEIRO

DEDICATÓRIA

*A Deus e a todos aqueles que na sua
humildade fazem alguma coisa para
melhorar a vida do próximo.*

AGRADECIMENTOS

À UFRGS e a todos os professores presentes durante todo o período do curso de especialização.

Ao Banco do Brasil S.A., agência de Wenceslau Braz-PR por ser fonte de inspiração deste trabalho, na qual tenho a oportunidade de trabalhar e ampliar meus conhecimentos.

À EMATER-PR, representada pelos engenheiros agrônomos Sidney Barros Monteiro e Luiz Carlos Pereira, aos colegas de profissão, enfim, a todos os profissionais e agricultores familiares que participaram deste trabalho através de seus testemunhos, cujas idéias foram fundamentais para a elaboração das propostas aqui sugeridas, sem os quais este estudo não seria possível.

Ao professor orientador, Prof. Ivan que com amizade e sabedoria mostrou o caminho a ser percorrido nas etapas deste trabalho.

À minha família, Celso, Carolina e Marcela, não só agradeço a compreensão como divido as glórias dessa nova conquista.

Às muitas pessoas, que de diferentes maneiras, ajudaram-me neste novo desafio. Agradeço a todas, pois foram amigas e não mediram esforços para contribuir com a pesquisa.

O BRASIL DE ANTES E DE HOJE

Antes eram escravos, agora é trabalho infantil.

Antes eram senzalas, agora são favelas.

Antes eram escravos livres morrendo nas ruas de fome e frio, agora são pessoas morrendo pelo desemprego.

Antes eram índios e escravos, agora são

Assassinos, ladrões, sem terra,.....

Será que o Brasil continuará assim?

Será que isso não vai ter fim?

O que podemos fazer?

SILVA, Margherita Arfelli da. PRONAF – O crédito rural com o objetivo de redefinir e impulsionar a agricultura familiar. Porto Alegre: Escola de Administração, UFRGS, 2007.

RESUMO

Tendo por objetivo proceder a uma análise sobre a utilização do PRONAF C - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAFINHO - por produtores rurais do município de Wenceslau Braz - Paraná, mais especificamente do Bairro Patrimônio São Miguel, no período de 2006 a 2007, como linha de crédito no propósito de estimular o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional, este estudo buscou caracterizar os principais aspectos que caracterizam o PRONAF, nas esferas: federal, estadual e municipal. Para tanto, fez-se uso de pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e estudo de caso, utilizando-se um questionário pré-elaborado para entrevistar os produtores. Os dados coletados foram analisados à luz do método dedutivo. O estudo foi dividido em partes, a saber: Na primeira, introduz-se e delimita-se o tema, configura-se o problema da pesquisa, bem como a justificativa da sua importância de sua realização, bem como seus objetivos. Na segunda parte, a partir de uma revisão bibliográfica, destaca-se a trajetória da política Agrícola Brasileira e da agricultura familiar, as normas de aplicação dos recursos disponibilizados pelo PRONAF. Por último, apresentam-se os resultados e análise dos mesmos, e as implicações da aplicação dos recursos do PRONAF, recomendando-se algumas medidas para solucionar o problema investigado.

Palavras-chave: Crédito Rural; PRONAF; Desenvolvimento Agrícola.

SILVA, Margherita Arfelli da. PRONAF – O crédito rural com o objetivo de redefinir e impulsionar a agricultura familiar. Porto Alegre: Escola de Administração, UFRGS, 2007.

ABSTRACT

The present research has as objective to analyze PRONAF C'S use – it is a National Program of Invigoration of the Family Agriculture - PRONAFINHO - for rural producers of the municipal district of Wenceslau Braz - Paraná, more specifically of the Neighborhood Patrimônio São Miguel, in the period from 2006 to 2007 This program consists of a credit line with the purpose of stimulating the rural development and it has as foundation the invigoration of the family agriculture as generating segment of employment and income, in way to establish a pattern of maintainable development, that seeks to the reach of satisfaction levels and well to be a new source for farmers and consumers, in the economical and social Its purpose is to produce a new national agricultural model. This study looked for to characterize the principal aspects that characterize PRONAF, in the spheres: federal, state and municipal. For that, he made use of exploratory research of bibliographical nature and a case study. A before-elaborated questionnaire was used to interview the producers. The collected data were analyzed to the light of the deductive method. The study was divided in parts: in the first one, it introduced and delimited the theme, it configured the problem of the research, as well as the justification of its importance and accomplishment, without forgetting its objectives. In the second it starts from a bibliographical revision, it detached the path of the Brazilian Agricultural politics and of the family agriculture, the norms of application of the disponible resources for PRONAF. At last, it presented the results and analysis of the same ones, and the implications of the application of the resources of PRONAF and it recommended some measured to solve the investigated problem.

Key-Words: Rural Credit; PRONAF; Agricultural Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Descrição das linhas de crédito do PRONAF – Custeio – Grupo “a/C”, “C” e “D”	24
Quadro 2	Descrição das linhas de crédito do PRONAF – Investimento – Grupos “A”, “B” e “C”	25
Quadro 3	Descrição das linhas de crédito do PRONAF - Investimento Grupo “D”, Grupo “E” e Custeio Grupo “E”.....	26
Quadro 4	Descrição das linhas de crédito do PRONAF- Pronaf Florestal PRONAF-Semi-Árido e PRONAF-Programas Especiais-Jovem.....	27
Gráfico 1	PARANÁ – PRONAF- Evolução dos volumes liberados e número de contratos – 1996 a 2006.....	28
Gráfico 2	PARANÁ – PRONAF – Recursos liberados por Enquadramento – 2002 a 2006	29
Gráfico 3	PARANÁ – Comparativo entre os valores Liberados do Crédito Rural e Crédito do PRONAF – 2002 A 2005	30
Gráfico 4	PARANÁ – Participação no total de recursos liberados do PRONAF – Crédito 2006.....	30
Gráfico 5	WENCESLAU BRAZ – PRONAF CRÉDITO – Evolução dos Valores liberados e número de contrato – Período 2002/2006.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	WENCESLAU BRAZ – PRONAF CRÉDITO Distribuição dos Recursos e número de contrato por modalidade – Período 2002/2006	34
Tabela 2	Estratificação dos estabelecimentos segundo a área total e Condição dos produtores.....	40
Tabela 3	Caracterização da amostra quanto a nº de individuo por família, Idade e grau de escolaridade.....	41
Tabela 4	Demonstrativo das atividades desenvolvidas por propriedade	41
Tabela 5	Financiamentos liberados Grupo “C” por produtor/linha de Crédito	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1	RETROSPECTIVA DA POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA.....	15
2.2	O CRÉDITO RURAL NO BRASIL	17
2.3	O CONTEXTO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA	18
2.4	O PRONAF E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	20
2.4.1	PRONAF – Crédito	21
2.4.2	Beneficiários	22
2.4.3	Observações complementares sobre as linhas de crédito do PRONAF	23
2.5	A ATUAÇÃO DO PRONAF NO PARANÁ	28
3	ESPAÇO DE ANÁLISE	32
4	METODOLOGIA	35
4.1	JUSTIFICATIVA DO MÉTODO.....	35
4.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	35
4.3	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	36
4.4	ESTRUTURAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA.....	37
4.5	PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	37
4.6	TRATAMENTO DOS DADOS.....	38
5	ANÁLISE DOS DADOS	39
6	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	40
6.1	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	40
7	CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES	44
8	CONCLUSÕES	48
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O PRONAF¹ - foi implementado, em 1995, com o intuito de apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar e tem como objetivo aumentar a produção agropecuária, melhorar a renda e a qualidade de vida desse estrato de produtores.

Embora ainda incipiente, o PRONAF vem se transformando, em uma solução concreta para amplos segmentos da produção familiar brasileira, demonstrando que existem alternativas e recursos para desenvolver as atividades lucrativas dentro da pequena propriedade rural familiar, de forma organizada e com tecnologia.

Nesse trabalho busca-se analisar a utilização do PRONAF C - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAFINHO - por produtores rurais do município de Wenceslau Braz - Paraná, mais especificamente do Bairro Patrimônio São Miguel, no período de 2006 a 2007, como linha de crédito no propósito de estimular o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional.

A agricultura sempre foi o carro-chefe da economia brasileira. A partir dela os municípios se desenvolveram e também por causa dela se estagnaram. A maioria das propriedades agrícolas brasileiras é formada por pequenas propriedades e, as atividades no setor, exercidas pelas unidades familiares, proprietárias ou arrendatários dos imóveis rurais, têm como um dos principais problemas a monocultura. Muitos agricultores que utilizam a família como mão-de-obra para o desenvolvimento de suas atividades, ao contratarem os recursos do PRONAF, ao invés de aplicá-lo em produções agropastoris, usam o dinheiro para outros fins. Isto, além de ir contra as normas do programa, leva o agricultor a não cumprir com as metas propostas no contrato, causando o entrave e não o desenvolvimento e melhoria objetivada.

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

O PRONAF - sendo a primeira política pública diferenciada veio ao encontro das necessidades creditícias dos agricultores familiares. Mas só o crédito não está sendo suficiente para gerar o seu desenvolvimento e a monocultura do feijão e arroz ainda se faz presente na maioria das atividades familiares, bloqueando a rentabilidade da propriedade. Muitos deles não procuram expandir suas atividades, mesmo aqueles que se beneficiam do crédito do PRONAF há algum tempo, Este fato é sempre observado, a cada ano, quando se analisa os demonstrativos de renda bruta familiar, por ocasião da solicitação de novos créditos.

O objetivo do programa é fortalecer a atividade e o pequeno agricultor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a: modernização do sistema produtivo; valorização do produtor rural familiar e profissionalização dos produtores e familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão.

Diante do universo da agricultura familiar o programa atua em três segmentos:

a)- financiamento da produção da agricultura familiar: esta linha de ação, denominada PRONAF-CRÉDITO, destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares em suas propriedades rurais.

b)- financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios: esta linha de ação, denominada PRONAF - Infra-Estrutura, destina-se ao apoio financeiro às atividades integrantes dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural e é direcionada aos municípios com alta concentração de agricultores familiares.

c) - capacitação e profissionalização de técnicos e agricultores: por meio desta linha de ação, denominada PRONAF- Capacitação, o Programa pretende apoiar trabalhos de capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, bem como promover o treinamento de técnicos para atuarem como disseminadores de tecnologias que visem beneficiar esses agricultores.

A coordenação nacional do PRONAF é do Ministério da Agricultura, a qual é exercida por uma Secretaria Executiva Nacional.

A sua fonte de recursos em grande parte é proveniente do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, mas também são utilizados recursos do BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, do ECO — Fundo Constitucional

de Financiamento do Centro-Oeste, do FNE — Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, do FNO — Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, do TN — Tesouro Nacional, Recursos Obrigatórios do Crédito — MCR 6-2, Orçamento Geral da União.

O PRONAF tem como agentes financeiros operadores: Banco da Amazônia - BASA, Banco do Nordeste — BN - Banco do Brasil - BB, Bancos Cooperativos, Cooperativas de Crédito, Caixa Econômica Federal e outros agentes públicos ou privados, definidos por convênios com o BNDES.

Diversas são as entidades e ou Instituições públicas ou privadas que estão diretamente envolvidas com o PRONAF e a agricultura familiar e que funcionam como agentes do desenvolvimento rural. Cabem-lhes o papel de mentores, fomentadores e motivadores de planos ou projetos que possam, em conjunto com os agricultores, estabelecer os rumos do desenvolvimento regional.

A importância que essas entidades/instituições desempenham no processo de selecionar os beneficiários a serem atendidos pelo PRONAF e no acompanhamento dos empreendimentos tem contribuído para evitar o desvirtuamento do programa e manter o nível de inadimplência

Milhares de agricultores familiares sofrem o drama da sobrevivência Segundo estudos da FAO/INCRA (2000) existem 4.140.000 agricultores familiares no Brasil. Esse enorme contingente de trabalhadores da terra detém 30,5% da área e gera 38% do valor da produção rural. Ocupa 77% da mão de obra no campo, somando 13,8 milhões de pessoas, metade delas no nordeste. Este é o perfil da agricultura familiar no País (GUANZIROLI, CARDIM, 2000).

As estratégias que ainda permitem assegurar a manutenção desses produtores em suas unidades familiares são: a diversificação da produção e as rendas não agrícolas, a exemplo a aposentadoria dos idosos.

Garantir a permanência desse pessoal, que comprovadamente, em termos de produtividade, demonstram que podem ser mais eficientes que a agricultura patronal, evitando o êxodo rural é um desafio para o futuro. De que maneira? Urbanizando o campo, levando cidadania aos agricultores, vida digna educação, saúde, qualificando os agricultores ou diversificando suas atividades e conquistando a sua independência.

Neste contexto, a atenção é dirigida aos produtores familiares do município de Wenceslau Braz, localizado no Norte Pioneiro do Paraná.

Observa-se no cotidiano do trabalho junto à carteira de crédito agrícola, do Banco do Brasil, agência de Wenceslau Braz, que muitos produtores inclusos no programa PRONAF C, não conseguem alavancar suas atividades. Qual é o motivo principal dessa situação? O que falta para esses agricultores, obterem sucesso junto aos seus empreendimentos? Que atividades poderiam ser desenvolvidas para minimizar o problema de desenvolvimento do produtor familiar?

Para a realização deste estudo, fez-se uso de pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e estudo de caso, utilizando-se um questionário pré-elaborado para entrevistar os produtores. Os dados coletados serão analisados à luz do método dedutivo.

Com o intuito de desenvolver a pesquisa de forma coesa e coerente, dividiu-se a mesma, em três partes. Na primeira, introduz-se e delimita-se o tema, configura-se o problema da pesquisa, bem como a justificativa da sua importância de sua realização, bem como seus objetivos. Na segunda parte, a partir de uma revisão bibliográfica, destaca-se a trajetória da política Agrícola Brasileira e da agricultura familiar, as normas de aplicação dos recursos disponibilizados pelo PRONAF. Por último, apresentam-se os resultados e análise dos mesmos, e as implicações da aplicação dos recursos do PRONAF.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PRONAF² -, vinculado à viabilidade da propriedade rural familiar, tem sido objeto de muitos estudos, publicações e discussões nos últimos anos, ocupando espaço na agenda governamental.

Uma forma de entender o porquê dessa monopolização do Governo Federal é começando por um breve retrospecto da Política Agrícola Brasileira, relatando o seu comportamento e de outros componentes que foram responsáveis pela situação atual do agricultor brasileiro.

2.1 RETROSPECTOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Segundo Brum (1999), o Brasil é um país onde a concentração de terras é histórica, iniciada com o sistema colonial de capitânicas hereditárias e com a concessão de sesmarias, que tinham como função principal produzir gêneros agrícolas comercializáveis e render tributos para a coroa portuguesa. Já na década de 50, a agricultura brasileira entrava em um processo de modernização, baseada na mecanização e na tecnificação da lavoura com o uso intensivo de insumos químicos e era adequado somente à média e à grande propriedade rural e foi alavancado com financiamentos subsidiados pelo Governo Federal em todas as fases da cadeia produtiva.

A partir dos anos 80, com o agravamento da situação das contas públicas do país, esse modelo agrícola, dependente do Governo, entrou em colapso.

O Governo brasileiro endividado externamente e internamente, não tinha mais recursos para assumir os déficits dos subsídios concedidos a agricultura, onde se passou a financiamentos com juros reais (HELFAND, 2001). Neste período de mudanças, frustrações de lavouras e de planos de estabilização econômicos fracassados em 1986, dentro de um conjunto de medidas que visavam a unificação do orçamento da União, foi extinta a conta movimento.

² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

De acordo com Rezende (2001), no início do governo Collor, em 1990, a situação agravou-se ainda mais para os agricultores. A possibilidade de uma política de financiamento rural não vai mais ser possível, devido ao comprometimento da maior parte da receita da União. Financiamentos da agricultura com base em expansão da base monetária ou ainda da dívida pública parece fora de cogitação neste início de década.

Diante da necessidade de mudanças para afirmar o êxito em seu plano de estabilidade econômica, o Governo determinou que as dívidas dos agricultores fossem corrigidas com um índice superior a 80% e em contrapartida a um índice de pouco mais de 40% para corrigir os preços dos produtos agrícolas.

Esse contexto definiu o que seria a política agrícola brasileira, deu suporte aos cortes na oferta de crédito rural realizados pelo Governo nos anos 1980 e 1990 e reforçou o pensamento de que a oferta de financiamento deveria ser, e acabaria sendo, provida pelo mercado.

Outra dificuldade enfrentada neste período é que ao mesmo tempo em que se exigia um rápido impulso de modernização no setor, para se tornar competitivo no mercado interno e externo, sem crédito rural, os saldos da poupança e da conta corrente eram confiscados, agravando-se mais ainda a situação dos agricultores que já se encontravam em processo de descapitalização e endividamento provocado pela redução das fontes de recursos para financiamento e de elevação de encargos financeiros.

Com a entrada do Plano Real (início de 1994), as dificuldades aumentaram. Todos os setores, principalmente a agricultura — a chamada “ancora verde” - foram convidados a entrar com sua cota de sacrifício para sustentar a nova moeda. Neste período, uma safra considerada farta já não solucionava os problemas acumulados do setor, os preços mínimos ficaram baixos, a sobrevalorização do dólar dificultou as exportações, o que levou um grande número de produtores rurais à inadimplência gerando crise sem precedentes no setor.

Esse quadro não iria se modificar com a posse do novo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que assumiu em 1 de janeiro de 1995. Não foi colocada em sua pauta de prioridades de governo a análise da situação dos agricultores. Descapitalizados, endividados e sem crédito, os agricultores tiveram como opção diminuir a área plantada, o que ocasionou um aumento na importação para controlar os preços internos.

Diante da situação do setor o governo, sem alternativas e diante das pressões dos diversos setores e entidades envolvidas, voltou a atuar na área agrícola no final de 1995, com o propósito definido de retirar a agricultura do sufoco e viabilizar o setor. As principais medidas iniciais foram: renegociação das dívidas (SECURITIZAÇÃO, PESA e RECOOP) e concessão de novos empréstimos agrícolas (HELFAND, 2001).

Em seguida é chegado o momento de se pensar em uma política agrícola que dê ênfase à expansão da produção de alimentos básicos e, para tal, se dê prioridade aos pequenos produtores. Com base nessa situação, e diante de um universo de aproximadamente 4,1 milhões de propriedades rurais familiares existentes no Brasil (IBGE, 1995), foi instituído em 1995, por meio de Resolução CMN/BACEN n° 2191, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, visando apoiar o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar e tem como objetivo aumentar a produção agropecuária e não-agropecuária, melhorar a renda e, conseqüentemente, a qualidade de vida desse setor de produtores, com vistas a diminuir o problema social.

Paralelamente a essa situação, o governo procura levar avante um processo de redistribuição da propriedade e uso da terra, através do programa da reforma agrária, definindo novos princípios para solucionar a questão fundiária.

O que o Governo não pode descartar é que as atividades agrárias brasileiras, em seu contexto geral, apresentam importância histórica e estão relacionados com um setor capaz de produzir um notável volumes de riquezas, o setor de agronegócios. Daí a necessidade de manter uma política que atenda às aspirações do meio rural e que ofereça condições de fortalecimento a todas as classes nela inseridas.

2.2 O CRÉDITO RURAL NO BRASIL

Conforme dados coletados junto a Zukowski, (2001), uma das primeiras experiências de crédito à agricultura no Brasil foi ao início do século XIX, quando o Governo de São Paulo iniciou programas de financiamento destinados à defesa e sustentação de preços do café, adquirindo sacas de café para depois queimá-las, sendo estas aquisições financiadas pelo Banco do Brasil, e em 1937 quando foi

instituída a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que se constituiu no principal mecanismo de crédito rural do Brasil. O Crédito Rural foi institucionalizado com a Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, buscando garantir, através de lei, um crédito diferenciado aos produtores rurais criando mecanismos de suprimentos automáticos de recursos para as operações de crédito rural através da conta movimento.

O crédito rural tem como objetivo: estimular os investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado pelo produtor na sua propriedade rural, por suas cooperativas ou por pessoa física ou jurídica aos produtores; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural, notadamente no que se refere a pequenos e médios produtores; incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo (LEI 4.829, 04.11.65).

Atualmente as fontes de recursos para o crédito rural provêm de: de percentual aplicado sobre a captação em depósitos à vista (obrigatórios — MCR 6.2); da caderneta de poupança rural (exigibilidade de aplicação no crédito rural e livre); de fundos, programas e linhas específicas; captados no exterior; recursos da União e recursos livres.

2.3 O CONTEXTO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

A agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil, sendo que basta um pequeno incentivo à agricultura para que se obtenham respostas rápidas nos outros setores econômicos.

Daí a importância de identificar os principais tipos de agricultores, sendo eles classificados em três segmentos de acordo com sua renda bruta anual: grande produtor, médio produtor, pequeno produtor, onde encontramos, neste último segmento, o agricultor familiar.

No Brasil, a utilização do termo agricultor familiar, é relativamente recente, apresentando, inclusive, diferentes interpretações e definições sobre o seu

significado e amplitude, sendo que um deles serviu como parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF, quando de sua instituição em 1995.

Eis o conceito constante da Resolução BACEN 2.191, de 24.08.95, onde são considerados agricultores familiares mais pobres; com pouca terra e até aqueles mais capitalizados.

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (no mínimo 80% da renda bruta anual) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família; sendo admitida a ajuda de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar e não detenha; a qualquer título; área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo a família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

A agricultura familiar e sua pequena propriedade, que é a base fundiária, durante muito tempo foram colocadas em segundo plano, ou até mesmo esquecidas, pelo Governo e tem sobrevivido competindo com o favorecimento de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade — setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira.

Somente a partir do ano de 1995, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e fortalecimento da agricultura familiar, que até então era uma categoria excluída pelas políticas do Governo, sobrevivendo à custa do trabalho por conta própria, mesmo em áreas limitadas, mostrando-se como a única alternativa de prover meio de vida para suas famílias.

No que tange às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, destacam-se hoje no país:

- a) - a Previdência Social, que consiste em aposentadorias e pensões;
- b) - o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, sendo a primeira política pública diferenciada a favor dos agricultores familiares brasileiros e que veio de encontro às necessidades creditícias da agricultura familiar (DENARDI, 2001).

No entanto as tendências da agricultura nos dias atuais estão inseridas num cenário de transformações rápidas e muitas vezes problemáticas no mundo. A

estratégia da modernização da agricultura para a produção de grãos baseou-se em um moderno pacote tecnológico, ao invés de tecnologias adequadas às necessidades dos agricultores familiares, e como consequência não desencadeou a esperada mudança social. Os agricultores familiares não participaram da revolução tecnológica no campo. O importante e diferente é a prática baseada na unidade produtiva familiar como o fundamento e da integração da produção, distribuição e consumo. Isto quer dizer, a unidade da política agrícola e agrária. Diversificação produtiva da unidade familiar na estrutura local é a estratégia de explorar e competir em mercados alternativos. Os agricultores organizados definirão os mecanismos de tomada de decisão sobre o que produzir comercializar e adquirir.

2.4 O PRONAF E SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Quando as políticas são genéricas e os recursos escassos, devemos eleger as prioridades. Em função disso, o Governo vem buscando alternativas concretas de políticas diferenciadas para o pequeno produtor, de modo a mantê-lo no campo, aumentar sua renda e melhorar sua qualidade de vida.

Assim foi instituído pelo Governo Federal, em 1995, o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como uma linha de crédito de custeio. As regras de financiamento foram estabelecidas pela Resolução do Banco Central n° 2.191, de 24 de agosto de 1995 e desde então tem sido um programa em permanente construção dado que, desde sua criação, passa por uma série de modificações, visando atender às reivindicações de seu público alvo.

É oportuno destacar, que a idéia que sustentou a criação do PRONAF na esfera governamental foi o reconhecimento da capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra, transformando-se em opção privilegiada para combater parte dos problemas sociais urbanos provocados pelo desemprego rural. Por isso tornou-se um programa com o intuito de atender de forma diferenciada o micro e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto da sua força de trabalho e de sua família conseguindo o destaque como a principal linha de crédito para a agricultura familiar.

Cerca de 1,2 milhão de propriedades familiares, que abrangem um universo de 6 milhões de trabalhadores, já foram beneficiadas pelas linhas de ação do

PRONAF, onde viabiliza créditos com juros baixos a pequenos produtores segundo a faixa de renda, a situação das terras que ocupam e a composição da mão-de-obra das unidades.

O programa atua em várias linhas de crédito distribuídos em três segmentos:

a)- financiamento da produção da agricultura familiar: esta linha de ação, denominada PRONAF-CRÉDITO, destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelos agricultores familiares em suas propriedades rurais.

b)- financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios: esta linha de ação, denominada PRONAF - Infra-Estrutura, destina-se ao apoio financeiro às atividades integrantes dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural e é direcionada aos municípios com alta concentração de agricultores familiares.

c) - capacitação e profissionalização de técnicos e agricultores: por meio desta linha de ação, denominada PRONAF- Capacitação, o Programa pretende apoiar trabalhos de capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, bem como promover o treinamento de técnicos para atuarem como disseminadores de tecnologias que visem beneficiar esses agricultores.

A coordenação nacional do PRONAF é do Ministério da Agricultura, a qual é exercida por uma Secretaria Executiva Nacional.

2.4.1 PRONAF - Crédito

Esta modalidade do PRONAF tem como objetivo apoiar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas pelos agricultores e suas associações. A liberação nesta modalidade é feita diretamente entre o Banco o demandante do crédito e nela se concentra a maioria absoluta dos recursos disponibilizados do programa.

As regras para concessão e aplicação do crédito rural do PRONAF estão normalizadas no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), do Banco Central do Brasil.

2.4.2 Beneficiários

São beneficiários do programa os produtores que atendem aos requisitos enumerados, comprovados mediante Declaração de Aptidão ao Programa – DAF:

1)-explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, residam na propriedade ou em local próximo e não dispõem, a qualquer título, de área superior a 04(quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor, ou no máximo 6(seis) módulos quando tratar-se de pecuarista familiar;

2) - têm o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

Para melhor operacionalização os beneficiários do Programa foram classificados em seis grupos, a seguir especificados:

a) - Grupo “A” — agricultores familiares: - assentados pelo Programa Nacional da Reforma Agrária, inclusive em reservas extrativistas, que não foram contemplados com operação de investimento com recursos do PROCERA ou com crédito de investimento com recursos do PRONAF — Grupo A; beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.

b) - Grupo “B” — agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtenham renda bruta familiar anual de até R\$ 4.000,00, sendo no mínimo 30% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios provenientes da Previdência Rural e programas sociais de Governo.

c) - Grupo “C” — agricultores familiares e trabalhadores rurais que: têm trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado (safrista ou diarista); com renda bruta familiar anual acima de R\$ 4.000,00 e até R\$ 18.000,00, sendo no mínimo 60% da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios provenientes da Previdência Rural e programas sociais de Governo.

d) - Grupo “A/C” — agricultores familiares egressos do Grupo “A” e/ou PROCERA que se enquadrem nas condições do Grupo “C” e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.

e) - Grupo “D” — agricultores familiares e trabalhadores rurais que: têm o trabalho familiar predominante na exploração do estabelecimento, com até dois

empregados permanentes, e utilizando eventualmente o trabalho de diaristas /safristias; com renda bruta familiar anual acima de R\$ 18.000,00 e até R\$ 50.000,00, incluída atividade fora do estabelecimento, sendo no mínimo 70% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, excluídos os benefícios provenientes da Previdência Rural e os programas sociais de Governo

f) – Grupo “E” - agricultores familiares e trabalhadores rurais que: têm o trabalho familiar predominante na exploração do estabelecimento, com até dois empregados permanentes, e utilizando eventualmente o trabalho de diaristas /safristias; com renda bruta familiar anual acima de R\$ 50.000,00 e até R\$ 110.000,00, incluída atividade fora do estabelecimento, sendo no mínimo 80% provenientes da exploração agropecuária e não agropecuária, excluído os benefícios provenientes da Previdência Rural e os programas sociais de Governo.

Também podem ser enquadrados como beneficiários do PRONAF as atividades de: pescadores artesanais autônomos, extrativistas; silvicultores, aqüicultores, maricultores e piscicultores; quilombolas, indígenas que pratiquem atividades produtivas agrícolas; pecuaristas familiares, conforme legislação vigente.

2.4.3 Observações complementares sobre as linhas de crédito do PRONAF

a) - Crédito custeio Grupo “C” — o rebate é concedido até o vencimento da dívida num total de 6 (seis) por mutuário.

b)- Outras linhas de crédito: PRONAF – Mulher; PRONAF - Turismo Rural; PRONAF - Jovem; PRONAF Agroecologia, PRONAF Agroindustrial, PRONAF Floresta , PRONAF Eco Sustentabilidade Ambiental;

Atualmente o PRONAF atua em 19 linhas de credito. Os quadros 01 a 04 tem-se o resumo das características das principais linhas de crédito.

Quadro 1 : Descrição das linhas de crédito do PRONAF – Custeio – Grupo “A/C”, “C” e “D”

CARACTERÍSTICAS	CUSTEIO–GRUPO “A/C”	CUSTEIO – GRUPO “C”	CUSTEIO – GRUPO “D”
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares egressos do Grupo “A”, que apresentem DAP do Grupo “C” e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “C”.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “D”.
FINALIDADE	Custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias	Custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias	Custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias
LIMITE MÍNIMO	R\$ 500,00	R\$ 500,00	Não tem
LIMITE MÁXIMO	R\$ 3.500,00(até 3 operações)	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00 ano/mutuário
ENCARGOS FINANCEIROS	1,5% ao ano (efetivos)	3% ao ano (efetivos)	3% ao ano (efetivos)
REBATE	R\$ 200,00	R\$ 200,00	Não tem
PRAZO	Até dois anos, conforme ciclo da atividade	Até dois anos, conforme ciclo da atividade.	Até dois anos, conforme ciclo da atividade
GARANTIAS	Dispensada – Nota de Crédito rural sem aval	As admitidas no crédito rural	As admitidas no crédito rural
FONTE DE RECURSOS	OGU- Orçamento Geral da União/FCO	FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador e TN – Tesouro Nacional	Poupança Rural-MCR 6-4/ FAT FCO
RISCO OPERACIONAL	Do Tesouro Nacional	Do banco	Do banco
SOBRETETOS	Vide Observações complementares	Vide Observações complementares	Vide Observações complementares

Fonte: Livro de Instruções Circulares do Banco do Brasil S.A.

Quadro 2 : Descrição das linhas de crédito do PRONAF – Investimento – Grupos “A”, “B” e “C”

CARACTERÍSTICAS	INVESTIMENTO – GRUPO “A”	INVESTIMENTO – GRUPO “B”	INVESTIMENTO – GRUPO “C”
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária, Banco da Terra ou beneficiados pelo Fundo de Terras, cooperativas/associações desde que legalmente constituídas.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “B”.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “C”.
FINALIDADE	Implantação, ampliação da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários,	Investimento para atividades agropecuárias e não agropecuárias geradoras de renda para a família.	Implantação, ampliação da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários,
LIMITE MÍNIMO	Não tem	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
LIMITE MÁXIMO	R\$ 16.500,00 (até duas operações)	R\$ 4.000,00	R\$ 6.000,00(até três operações) – coletivo/grupal sem limite
ENCARGOS FINANCEIROS	0,5% ao ano (efetivos)	0,5% ao ano (efetivos)	2% a.a.
REBATE	40% a 45% sobre o principal	25% sobre o principal e juros	R\$ 700,00, nas duas primeiras operações
PRAZO	Até 10 anos, incluídos 3 ou 5 anos de carência, conf. Projeto Técnico.	Até 24 meses, incluídos até doze meses de carência.	Até dez anos, incluídos 3 ou 5 anos de carência, conf. Projeto Técnico.
GARANTIAS	Dispensada – Nota de Crédito rural sem aval	Dispensada – Nota de Crédito rural sem aval	As admitidas no Crédito Rural.
FONTE DE RECURSOS	Tesouro Nacional, Fundo Constitucional de Financ. do Centro-Oeste,	OGU – Orçamento Geral da União	Fundo Constitucional de Financ. do Centro-Oeste, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Tesouro Nacional.
RISCO OPERACIONAL	Da Fonte de Recursos.	Da União	Do banco
SOBRETETOS	Não tem	Não tem.	Vide observações complementares

Fonte: Livro de Instruções Circulares do Banco do Brasil S/A

Quadro 3 : Descrição das linhas de crédito do PRONAF – Investimento – Grupo “D”, Grupo “E” e Custeio Grupo “E”

CARACTERÍSTICAS	INVESTIMENTO – GRUPO “D”	INVESTIMENTO – GRUPO “E”	CUSTEIO – GRUPO “E”
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “D”.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “E”	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “E”
FINALIDADE	Implantação, ampliação da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários,	Implantação, ampliação da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários,	Custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias
LIMITE MÍNIMO	Não tem	Não tem	Não tem
LIMITE MÁXIMO	R\$ 18.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 28.000,00
ENCARGOS FINANCEIROS	2% a.a.	Fco – 5% com 15% bônus adimplência Demais fontes: 5.5%	5,5% a.a.
REBATE	Não tem	Não tem	Não tem
PRAZO	Até dez anos, incluídos 3 ou 5 anos de carência, conforme Projeto Técnico.	Até dez anos, incluídos 3 ou 5 anos de carência, conforme Projeto Técnico.	Até dois anos, conforme ciclo da atividade
GARANTIAS	As admitidas no Crédito Rural.	As admitidas no Crédito Rural.	As admitidas no Crédito Rural.
FONTE DE RECURSOS	Fundo Constitucional de Financ. do Centro-Oeste, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Tesouro Nacional.	Fundo Constitucional de Financ. do Centro-Oeste, Fundo de Amparo ao Trabalhador e Tesouro Nacional.	FAT / Poupança Rural-MCR 6-4
RISCO OPERACIONAL	Do banco	Do banco	Do banco
SOBRETETOS	Vide Observações	Vide observações	Não tem

Fonte: Livro d Instruções Circulares do Banco do Brasil S/A

Quadro 4 : Descrição das linhas de crédito do PRONAF – PRONAF- Florestal e PRONAF–Semi-Árido e PRONAF-Programas Especiais- Jovem

CARACTERÍSTICAS	PRONAF – FLORESTAL INVESTIMENTO	PRONAF – SEMI-ÁRIDO INVESTIMENTO	PRONAF PROGRAMAS ESPECIAIS – JOVEM
PÚBLICO ALVO	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “A”, “A/C”, “C” e “D”.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “A”, “B”, “C”, “A/C” e “D”.	Agricultores familiares que apresentem declaração de Aptidão do Grupo “A”, “B”, “C”, “A/C” e “D”
FINALIDADE	Apoiar financeiramente investimentos de projetos e sistemas agro-florestais	Apoiar financeiramente implantação, recuperação ou modernização em projetos de infra-estrutura hídrica.	Custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias dos jovens agricultores
LIMITE MÍNIMO	Não tem	Não tem	Não tem
LIMITE MÁXIMO	Grupo “A”, “A/C” e “C” – R\$ 5.000,00 Grupo “D” – R\$ 7.000,00	R\$ 6.000,00 – individual	R\$ 6.000,00 limitado a 1 empréstimo por beneficiário
ENCARGOS FINANCEIROS	2% a.a.	1% ao ano	Juros efetivos de 1% a.a.
REBATE	Não tem	Não tem	Não tem
PRAZO	Até doze anos, com carência até o 1º corte, acrescida de seis meses, limitada a oito anos.	Até dez anos, incluídos três anos de carência.	Até dez anos, incluídos de 3 a 5 anos de carência, conforme projeto da atividade
GARANTIAS	Dispensada – Nota de Crédito rural sem aval	Dispensada – Nota de Crédito rural sem aval	As admitidas no crédito rural
FONTE DE RECURSOS	Tesouro Nacional.	Tesouro Nacional.	FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador
RISCO OPERACIONAL	Tesouro Nacional	Tesouro Nacional	Do Banco
SOBRETETOS	Não tem	Não tem	Não tem

Fonte: Livro de Instruções Circulares do Banco do Brasil S/A.

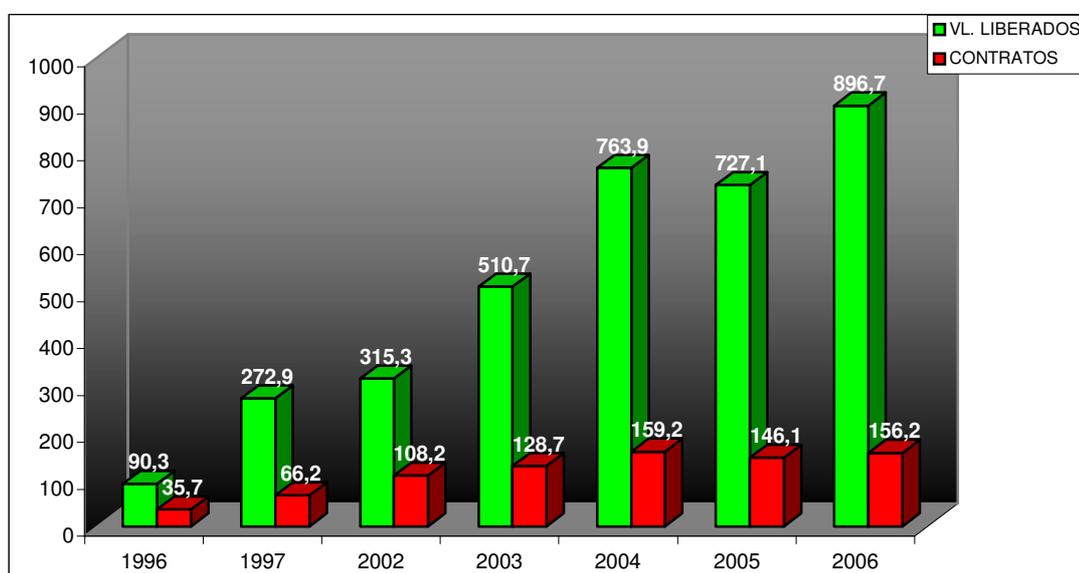
2.5 A ATUAÇÃO DO PRONAF NO PARANÁ

Reflexo da ação contínua das entidades envolvidas, o Estado do Paraná absorve uma fatia significativa, mas não o suficiente, dos recursos do PRONAF. Um dos fatores principais para essa situação é que uma parte da agricultura familiar sulina apresenta, em grande medida, integração à agroindústria, capacidade financeira e nível de tecnologia, o que a coloca em vantagem sobre outras regiões brasileiras.

Para o Paraná, a evolução do crédito rural no âmbito do PRONAF CRÉDITO pode ser resumida no Gráfico 1:

A partir do exposto no **Gráfico 1**, pode-se verificar que no Paraná houve um incremento de 893,02% nas liberações de créditos do PRONAF entre os anos de 1996 e 2006. O maior índice verificado foi no ano de 1996 a 1997, ano de sua efetiva implantação.

Gráfico 1 : PARANÁ - PRONAF, Evolução dos valores liberados e número de contratos – 1996 a 2006



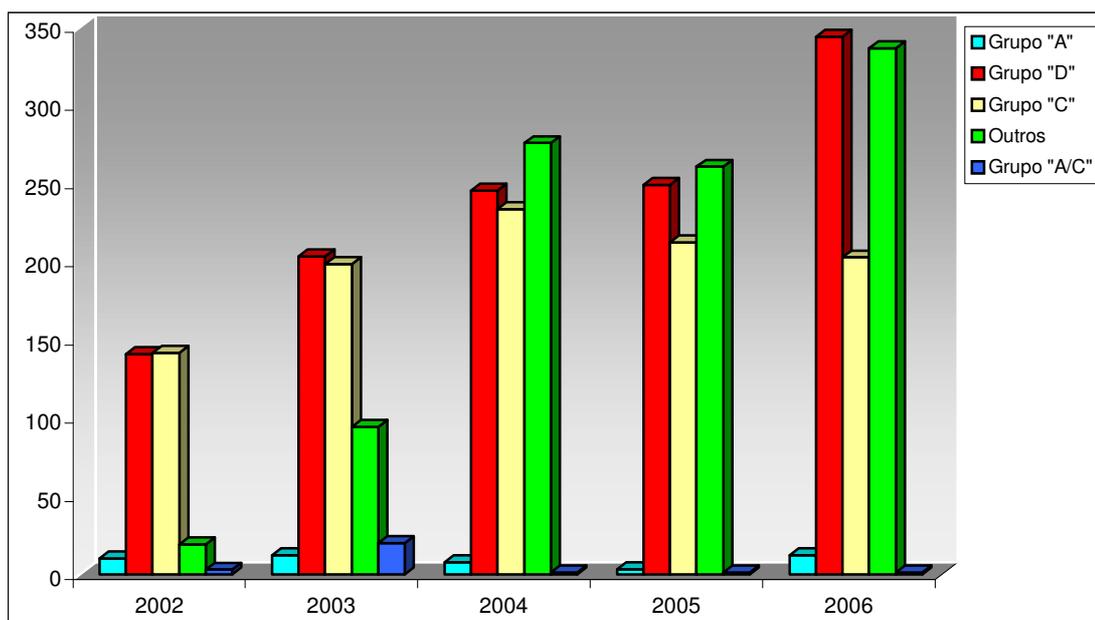
Fonte: BACEN/RECOR

Nota: Valores liberados em milhões de reais – Número de contratos em mil

Na distribuição de acordo com o enquadramento, **Gráfico 2**, observa-se que os recursos destinados ao Grupo “C” não teve incremento, em contrapartida temos valores significativos de liberação para o Grupo “D” e Grupo “E” o que evidencia que

vários produtores estão mudando de grupo, devido ao crescimento da renda bruta anual, ou financiando maquinários, deixando evidente que a agricultura familiar no Paraná está procurando mudar seus conceitos sobre formas de produzir através da mecanização de suas lavouras e utilização de novas tecnologias.

Gráfico 2 : PARANÁ - PRONAF, Recursos liberados por enquadramento – 2002 a 2006



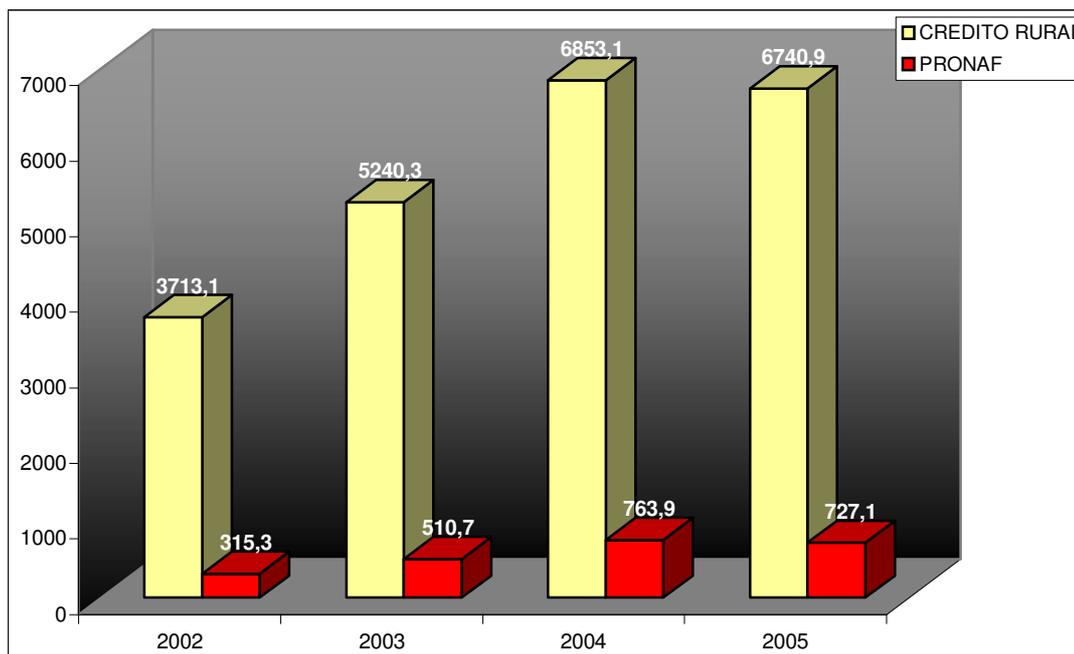
Fonte: BACEN/RECOR

Nota: Valores em milhões de reais

Do total de recursos liberados como crédito rural para o Paraná (**Gráfico 3**), a participação do PRONAF é menor que a do crédito rural as demais classes de produtores. Aparentemente pode não representar grande volume em valor, portanto, se, analisarmos em quantidade de contratos o PRONAF atendeu em 2005 a 146 mil produtores com um total de recursos de R\$ 727,1 milhões e o Crédito Rural atendeu a 325 mil produtores com um total de recursos R\$ 6.740 milhões.

Em percentuais temos: no PRONAF 9,73% dos recursos atendendo 31% dos agricultores e no Crédito Rural temos 90,26% dos recursos atendendo 69% dos agricultores. Em 2006 não foi possível apurar a quantidade de contratos liberados no crédito rural. Estes resultados evidenciam que com pouco recurso o PRONAF atende uma grande quantidade de pequenos agricultores

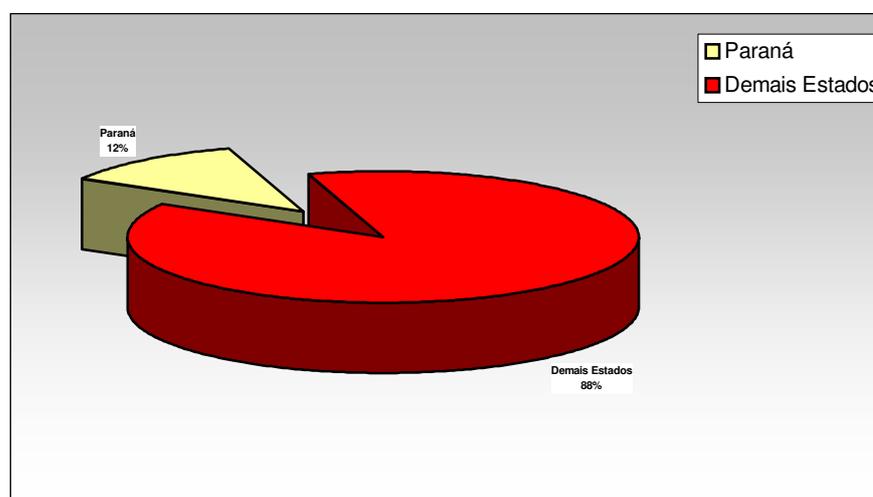
Gráfico 3 : PARANÁ – Comparativo entre os valores liberados do Crédito Rural e Credito do PRONAF – 2002 A 2005



Fonte:- BACEN/RECOR - Anuário Estatístico do Crédito Rural em 2002/2005
Nota: Valores em milhões de reais

Quando as pesquisas se aprofundam, encontra-se um Paraná inserido numa categoria de Estado privilegiado no sentido de liberação de recursos federais destinados ao pequeno produtor (**Gráfico 4**).

Gráfico 4 : PARANÁ – Participação no total de recursos liberados do PRONAF- Crédito 2006



Fonte: BACEN/RECOR

Observando a evolução dos números do PRONAF, verifica-se, que é inquestionável o aumento quantitativo no acesso ao crédito, no entanto, este não representou ainda nenhum grande avanço em termos qualitativos e significativos, no que se refere à redução do nível de pobreza.

Encontram-se, em alguns municípios do Estado, ações isoladas onde as comunidades, a partir da elaboração de um Plano de Trabalho, se organizam e conseguem a reintegração de produtores familiares em projetos financiados através do PRONAF.

Porém, vamos analisar sobre dois aspectos, partindo dos dados de 2006:

a)- o Paraná tem 399 municípios e considerando os recursos do PRONAF liberado ao estado no montante de R\$ 896,7 milhões, temos R\$ 2.247,36 mil/ano destinados para cada município paranaense. No ano de 2002 este valor era de R\$ 790,2 mil/ano.

b)- o Paraná tem o universo de 321 mil estabelecimentos rurais familiares e os recursos do PRONAF foram aplicados, proporcionalmente, na ordem de R\$ 2.793,00/ano para cada estabelecimento. Considerando-se o número de contratos efetivados temos 48,59% de estabelecimentos beneficiados pelo PRONAF, sendo que em 2002 este percentual era de 33,7%.

Este resultado deixa evidente que a cada ano o PRONAF atinge um percentual maior de agricultores familiares, mas ainda apenas uma parte desta categoria está sendo beneficiada pelo crédito rural oficial.

Para a nova safra 2007/2008 dos R\$ 12 bilhões disponibilizados pelo MDA, o Paraná deverá receber aproximadamente R\$ 1,44 bilhões de recursos para financiamento de custeio/investimento. Isto significa um acréscimo de R\$ 544 milhões sobre o valor liberado na safra passada e que certamente serão suficientes para dar à agricultura paranaense a tranqüilidade para investir com segurança e atender a demanda.

3. ESPAÇO DE ANÁLISE

Imagem de Wenceslau Braz



FONTE: SEDU - Paranacidade

Município de Wenceslau Braz



Fonte: Net cidades

Wenceslau Braz-PR é um município com área de 349,48 km², correspondente a 0,175% da área total do estado, altitude de 836 metros acima do nível do mar, localizada no Norte Pioneiro do Paraná, à uma distância de 280 km da capital Curitiba, com localização privilegiada, tendo vias de acesso asfaltadas para Santo Antônio da Platina - PR, Londrina-PR, São Paulo-SP e Curitiba-PR, vinculada a AMUNORPI - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro.

Sua população, segundo Censo 2000 do IBGE, é de 19.559 habitantes; composta por 9.769 homens e 9.790 mulheres, localizadas 14.879 na zona urbana e 4.680 na zona rural. A população rural representa apenas 24% do total, mas é um setor considerado importante como fonte de recursos para o município com 26,33% do PIB Municipal (PARANACIDADE, 2007).

O povoamento de Wenceslau Braz ocorreu por volta de 1910, quando imigrantes ucranianos instalados na Colônia Ipiranga no Município de Campo Largo No Estado do Paraná, adquiriram terras na região pertencente ao Município de Tomazina e deram início à colonização do povoado que em 1935 foi elevado a categoria de município com o nome acima citado.

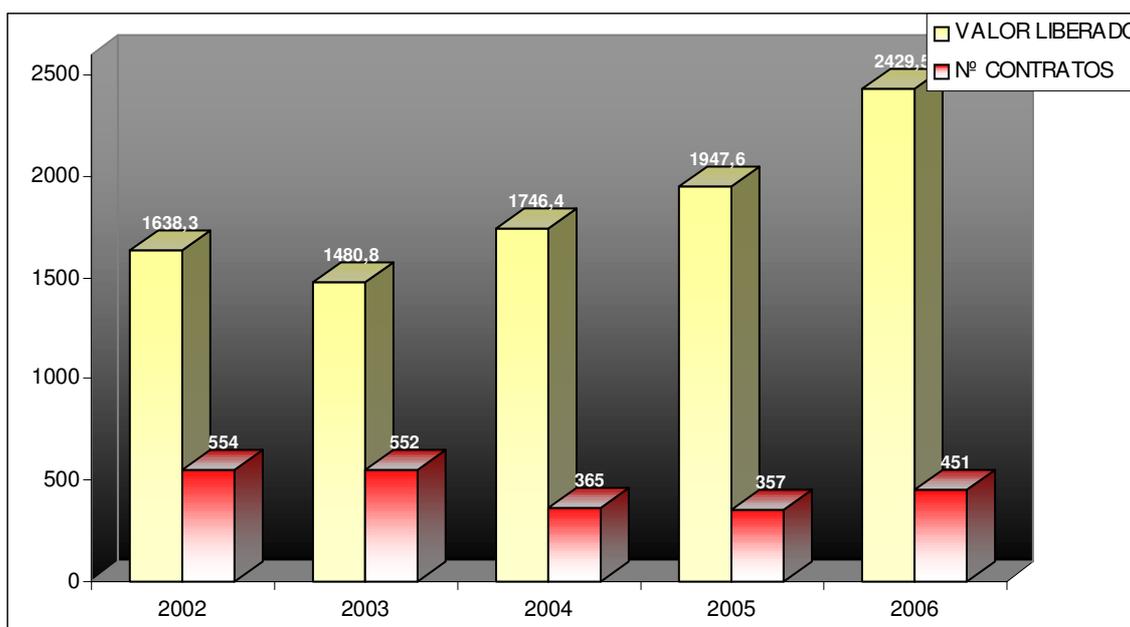
A capacidade de armazenamento de grãos, no município, é de aproximadamente 40 mil toneladas, concentrados em armazém de propriedade da APROCER - Associação de Produtores de Cereais, que se coloca à disposição de qualquer produtor da região, independente de categoria ou volume de produção,

como opção de armazenamento de grãos, podendo os mesmos usufruir todos os benefícios como se fossem associados. É uma excelente alternativa para compensar a redução dos preços de comercialização.

No município está fixado o escritório regional da EMATER-PR; responsável pela assistência técnica aos beneficiários do PRONAF, a agência do Banco do Brasil S/A.; responsável pelo atendimento creditício aos produtores dos municípios delimitados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Wenceslau Braz e a Associação dos Produtores Rurais de Wenceslau Braz

A Agência do Banco do Brasil em Wenceslau Braz foi inaugurada em 25 de outubro de 1969. É uma agência onde o ponto forte de seus negócios sempre foi direcionado aos agricultores da região, situação que foi um dos principais motivos para a expansão progressiva dos financiamentos rurais, em específico os recursos do PRONAF. Para atender a demanda de 2007/2008, o Banco vem implementando uma série de medidas que visem à simplificação do processo de concessão dos créditos com um único objetivo de aplicar em sua totalidade e com agilidade os recursos disponibilizados para o município.

Gráfico 5 - WENCESLAU BRAZ – PRONAF CRÉDITO – Evolução dos valores liberados e número de contrato – Período 2002/2006



Fonte: BACEN RECOR

Nota : Valore em mil reais- Números de contratos em mil

Desde então os dados do **Gráfico 05** mostram a responsabilidade do Banco em atender a agricultura familiar com recursos do PRONAF, alocando volumes crescente de crédito, seja nas linhas de custeio ou nas linhas de investimentos.

Apesar de ter sido criado em agosto de 1995, o PRONAF CRÉDITO passou a ser efetivamente operado no município somente a partir de 1998 para custeio agrícola, financiado através da linha de crédito que se tornou popular como PRONAFINHO. Quanto ao crédito de investimento, não obstante ter sido criada a linha específica no segundo semestre de 1996, os empréstimos adquiriram expressão apenas a partir de 2001.

Tabela 1 - WENCESLAU BRAZ – PRONAF-CRÉDITO – Distribuição dos recursos e número de contratos por modalidade – Período 2002/2006

	CUSTEIO		INVESTIMENTO	
	Nº CONTRATOS	VALORES	Nº CONTRATOS	VALORES
2002	401	701.159	153	937.230
2003	505	1187.483	47	293.334
2004	332	1085.666	33	660.800
2005	292	1024.072	65	923.535
2006	380	1821.838	71	607.750

Fonte: BACEN/RECOR – BB/WENC.BRAZ

Nota: Valores em reais – Números de contratos em unidades.

Para melhor visualizar a expansão do programa, a **Tabela 1** apresenta os valores liberados separadamente por custeio e investimento, já indicando a modernização da categoria quando se analisam os valores aplicados em investimentos.

Mas, mesmo assim, atualmente, ainda são muitas as dificuldades dos produtores rurais, em face de forte crise que atinge o setor, em particular aqueles que adotaram o sistema de produção não diversificado.

4 METODOLOGIA

4.1 JUSTIFICATIVA DO MÉTODO

A presente pesquisa teve por objeto realizar um estudo acerca dos problemas sobre a possibilidade de negligência dos produtores familiares na aplicação dos recursos do PRONAF, disponibilizado pelo governo federal via Banco do Brasil S/A, e neste caso específico, pela agência da cidade de Wenceslau Braz PR e por alguns produtores familiares do Bairro Patrimônio São Miguel, no mesmo município.

A pesquisa a ser desenvolvida será de caráter exploratório-descritiva, pois segundo (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 77): “são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas.” Priorizar-se-á a análise qualitativa, que conforme a descrição tem significativa importância no desenvolvimento da pesquisa qualitativa.

Outro procedimento relevante para o desenvolvimento deste trabalho de investigação é o da pesquisa bibliográfica, que consiste em consultar livros, revistas, periódicos, jornais, internet e outras possíveis fontes que ajudem a sustentar, a reforçar e comprovar os dados levantados pelo pesquisador; segundo (GIL, 1999, p.65) esse tipo de pesquisa tem uma vantagem principal que reside no fato de permitir ao investigador uma gama de fenômenos muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente na fonte.

A pesquisa contou com a colaboração e participação dos produtores, no sentido de expor a utilização dos recursos do PRONAF a uma análise para coleta de informações, podendo deste modo viabilizar o estudo.

Segundo Gil (1996), o estudo de caso tem como grande e principal característica a flexibilidade, e o assunto em questão exige esta certa flexibilidade. Este trabalho se enquadra na classe de uma pesquisa exploratória e descritiva.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. A amostra deste estudo é

composta por trinta e dois produtores inseridos no Programa PRONAF C. Esses elementos foram selecionados de uma população de aproximadamente 100 a 120 produtores familiares, localizados no Patrimônio São Miguel, através da amostragem aleatória simples que segundo Gil (1999, p. 101), “é o procedimento básico da amostragem científica”.

Segundo Freitas et. al (2000), este tipo de pesquisa por não ter caráter probabilístico, possibilita a todos os elementos da população, terem a mesma chance de serem escolhidos, o que resulta em uma amostra mais representativa da população, eliminando grande parte da subjetividade da mesma.

Neste aspecto a problematização do estudo reside na investigação e na comprovação dos fatores que levam alguns produtores do Bairro Patrimônio São Miguel, situado no Município de Wenceslau Braz, a não obterem sucesso com os recursos obtidos junto ao PRONAF.

4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Na pesquisa também é necessário definir as fontes de dados a serem pesquisados. A correta definição das fontes possibilita um melhor encaminhamento quanto à segurança das informações a serem analisadas.

As fontes de dados predominantes no estudo serão as de dados primários.

Para Mattar (1999, p. 134), “são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisados, e que são coleta dos mesmos com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento”.

Para tanto, fez-se uso de preenchimento de questionários previamente elaborados e conversas informais com os elementos da população, tendo como parâmetros o problema a ser resolvido e a fundamentação teórica descrita.

As fontes de dados secundários, segundo esse autor, são daqueles que foram coletados e até analisados e que estão à disposição dos interessados.

No caso dos dados secundários, a coleta realizou-se por meio de levantamentos bibliográficos, levantamentos documentais, organização em estudo e também de estatísticas publicadas.

4.4 ESTRUTURAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Segundo Freitas et. Al (2000:107) “Um dos instrumentos que podem ser utilizados para a realização da pesquisa estudo de caso, é o questionário, tendo como estratégia de aplicação a entrevista pessoal, o envio pelo correio etc.” o questionário para as entrevistas foi elaborado tendo por parâmetro as leituras realizadas para a fundamentação teórica e alguns estudos que constam na bibliografia.

O instrumento de coleta de dados desenvolvido possui doze questões abertas, através das quais buscou-se extrair a opinião dos entrevistados sobre o fator gerador do problema deste estudo. Todas as questões permitem aos entrevistados responder com suas próprias palavras, não havendo necessidade de indução por parte do pesquisador.

Este questionário foi testado alguns dias antes em uma propriedade da área em estudo, com dois produtores, a fim de verificar sua coerência interna, a seqüência e o seu entendimento por parte do respondente — o mesmo foi considerado adequado não sofrendo nenhuma alteração. As pesquisas do pré-teste não fizeram parte do resultado final, sendo, portanto descartadas.

A pesquisa in-loco garantiu a fidelidade das respostas, pois o produtor, não tinha como pedir a opinião de terceiros e/ou pedir para que alguém respondesse por ele. Assim, o procedimento adotado para a coleta de dados acabou por determinar a amostragem.

4.5 PROCEDIMENTO DA COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi fundamentada no instrumento da pesquisa, e os produtores foram entrevistados pela autora do trabalho em suas propriedades, nos sábados, no período de 7 a 28 de julho de 2007, no horário das 09h00min às 12h00min horas da manhã. A abordagem foi de acordo com a disponibilidade dos produtores que foram convidados a responderem a entrevista. Foram entrevistados 32 produtores.

A validade da pesquisa foi a informação prestada pelos produtores via entrevista.

4.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Esta fase do trabalho de pesquisa constitui-se na apresentação dos dados levantados como itens do estudo. A partir dos dados levantados e de sua interpretação, serão apresentadas as conclusões para o estudo, a fim de demonstrar que a negligência na aplicação dos recursos adquiridos junto ao PRONAF C é um problema que afeta não apenas o desenvolvimento do produtor, bem como a melhoria da qualidade de vida do mesmo, sendo um fator impeditivo para que o produtor honre o empréstimo após o prazo de carência.

Esta etapa consiste da análise das informações e dos dados levantados com as entrevistas.

A finalidade desta etapa consiste em: expor o problema, identificar as causas prováveis dos problemas, e as prioridades que permitam melhorar ou sanar esses problemas.

Esta é a parte que requer mais atenção do pesquisador, pois na pesquisa de caráter qualitativo ao encerrar a coleta de dados, o pesquisador se depara com uma quantidade imensa de notas de pesquisa ou de depoimentos, que se materializa em forma de textos, que deverão ser organizados para depois serem interpretados.

A análise de conteúdo surge como técnica de tratamento de informações, que vão de encontro com o método de entrevista na medida em que se permite a descrição obtida nos conteúdos de análise.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Para se analisar e melhor visualizar os dados coletados, através do preenchimento do questionário pelos produtores rurais e conversas informais nas propriedades dos entrevistados, tabulou-se os dados em gráficos e tabelas descrevendo as características mais importantes da amostra pesquisada. Na tabulação dos dados utilizou-se percentuais, tendo por base o total da amostra.

Ao longo desse trabalho, muitas foram às questões que surgiram, e muitas ficaram sem resposta, mesmo porque o universo da agricultura familiar é inesgotável e as necessidades as mais diversas. Cabe comentar, também, que os agricultores, em sua humildade, muitas vezes não expõem de fato a situação. Hoje não é difícil de compreender essa atitude, pois está impregnada na cultura das pessoas, mais especificamente na área rural, o medo de perder algum benefício disponibilizado pela Política Pública do Governo Federal..

Alguns fatores, não identificados na etapa da Fundamentação Teórica, foram identificados e não puderam ser tabulados, devido a sua complexidade, como por exemplo: as estruturas sociais de cooperação; vínculos de colaboração, solidariedade mútua e a cultura camponesa.

A cultura camponesa sobrevive com suas particularidades. Seja ela quando o camponês mantém contato permanente com a natureza, a atividade manual, o caráter artesanal e a criatividade na questão de sobrevivência, ao invés dos recursos da medicina, da mecânica ou da tecnologia moderna ou quando carregam as seqüelas do desprezo, da alienação e da opressão que tem sofrido ao longo dos últimos anos, vivenciando uma cultura que o concebe como um ser social inferior. Uma inferioridade que traz consigo desde os primeiros anos de vida.

Hoje não é difícil compreender esta situação, pois a cultura não inclui somente as artes e as letras, mas também os modos de vida, os valores, ou seja, é a civilização. KAYSER, 2003, p.1, define em poucas palavras a solução para este problema:

As diferenças entre regiões, localidades, aldeias, entre gerações e entre grupos sociais são sobretudo diferenças culturais. Em vez de procurar esquecê-las, ou deixá-las esquecer, não será melhor procurar afirmá-las e promovê-las? É preciso deixar de considerar o desenvolvimento cultural como um luxo supérfluo e reconhecê-lo como um motor do desenvolvimento econômico e social.

6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

O instrumento de coleta de dados que foi desenvolvido buscou extrair os fatores que impossibilitam ao público alvo, alavancar a produção a que se propõe desenvolver com os recursos obtidos junto ao PRONAF.

Durante a entrevista, os produtores familiares, todos já beneficiados com crédito do PRONAF “C”, foram questionados de forma individual, onde cada um expôs sua realidade ou ponto de vista sobre os problemas enfrentados como produtor rural. Assim obtivemos informações para estabelecer o perfil da pequena propriedade familiar da região, o que discutimos a seguir, sempre direcionando aos dados da pesquisa.

Tabela 2 - Estratificação dos estabelecimentos segundo a área total e condição dos produtores

AREA PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO		ARRENDATÁRIO	
	%	QDADE	%	QDADE
ATÉ 4 HA	15,6	5	6,2	2
DE 4,1HA ATÉ 10HA	56,3	18	9,4	3
ACIMA DE 10 HA	9,4	3	3,1	1
TOTAIS	81,3	26	18,7	6

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando-se a Tabela 2, constata-se que a grande maioria dos produtores fixa suas atividades em áreas que giram em torno de 4,0 ha. a 10,0 ha. por propriedade, sendo 18,75% do total como arrendatário.

Foi abordado sobre a quantidade de indivíduos por família, a idade e o grau de escolaridade. Considerou-se para estes itens somente o casal de agricultores e classificou-se como analfabetos aqueles que somente assinam o nome e tem dificuldade para ler. Na Tabela 3 verifica-se que na amostra temos 53,2% de agricultores jovens e 86,5% com pouca escolaridade. Este fato é preocupante, porque existem muitas razões que levaram a esta situação. Alguns porque começaram a trabalhar cedo, outros não tinham condução – ônibus escolar – e a maioria porque existia a necessidade de dar continuidade a atividade dos pais.

Quando foi perguntado sobre a escolaridade dos filhos o resultado foi mais animador. Todas as famílias tinham filhos na escola, mas constatou-se que a tendência para o êxodo rural está presente em todas as crianças. Elas estudam na cidade e esse contato com o meio urbano faz com que eles procurem, na cidade, uma qualidade de vida superior a do meio rural.

Tabela 3 Caracterização da amostra quanto a nº de indivíduo por família, idade e grau de escolaridade

	Nº INDIVÍDUO POR FAMÍLIA		GRAU DE ESCOLARIDADE		
	%	QDADE		%	QDADE
1 A 3 PESSOAS	15,6	5	ANALFABETO	13,5	4
4 A 6 PESSOAS	46,8	15	ATÉ 4ª SÉRIE	86,5	28
+ DE 6 PESSOAS	37,6	12	DA 5ª A 8ª SÉRIE	0	0
IDADE MÉDIA DOS PRODUTORES					
			%	QDADE	
	DE 20 A 30 ANOS		18,7	6	
	DE 31 A 40 ANOS		53,2	17	
	ACIMA DE 40 ANOS		28,1	9	

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto à Tabela 4, verifica-se que na produção agrícola, destaca-se o binômio milho e feijão, além da atividade pecuária de leite e outras culturas em alguns casos.

Tabela 4 - Demonstrativo das atividades desenvolvidas por propriedade

AREA PROPRIEDADE	FEIJÃO/MILHO		FEIJÃO/MILHO PECUARIA/LEITEIRA		FEIJÃO/MILHO PECUÁRIA/LEITEIRA OUTRAS CULTURAS		OUTRAS CULTURAS DIVERSAS	
	%	QDADE	%	QDADE	%	QDADE	%	QDADE
ATÉ 4 HÁ	6,2%	2	9,4	3	0	0	0	0
DE 4,1 HÁ A 10 HA	6,2%	2	25,0%	8	6,2%	2	0	0
ACIMA DE 10 HA	0	0	40,8%	13	6,2%	2	0	0
TOTAIS	12,4%	4	75,2%	24	12,4%	4	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Em média, cada produtor possui cinco vacas leiteiras, muitas delas adquiridas através de financiamento pelo PRONAF (Tabela 5) sendo a atividade vista como a

mais segura em termos de produção e comercialização. Convém salientar que no grupo de produtores entrevistados a pecuária leiteira é uma atividade recente, em fase de estruturação.

No que se refere à utilização dos recursos do PRONAF têm-se na Tabela 5 que a maioria já está integrado ao programa há mais de seis anos e conseqüentemente não tem mais o direito ao bônus de adimplência em financiamentos de custeio do GRUPO “C”, pois já ultrapassaram o limite de seis rebates por produtor. No que se refere a disponibilidade de recursos, todos responderam que são atendidos prontamente pelo Banco do Brasil do município na época da liberação dos recursos.

Tabela 5 - Financiamentos liberados Grupo “C” por produtor/linha de crédito

	PORCENTUAL DE PRODUTORES JÁ BENEFICIADOS PELO PROGRAMA			
	DE 01 A 04 VEZES	DE 05 A 6 VEZES	ACIMA DE SEIS VEZES	NÃO UTILIZOU O RECURSO
CUSTEIO	0	25,0%	75,0%	0
INVESTIMENTO	88,0%	0	0	12,0%

Fonte: dados da pesquisa

A renda foi abordada, pois é diretamente ligada a expansão das atividades. Pode-se afirmar que, em relação à renda bruta anual, a média gira em torno de R\$ 10.000,00, significando um rendimento líquido aproximadamente de R\$416,00 por estabelecimento familiar. Para complementação da renda destaca-se a pluriatividade, ou seja, é normal a troca do dia trabalhado entre produtores ou o trabalho como bóias-frias em propriedades vizinhas.

Ratificando os dados do Censo 1995/1996, a tecnologia usada restringe-se as operações, na sua maior parte (85%), conduzida de forma manual ou contratada e, quando necessário, usa-se maquinário arrendado para preparo do solo e colheita.

Na amostra temos apenas 15% dos produtores que trabalham com trator próprio, sendo em alguns casos adquirido em grupos. Eles afirmam ser este um dos principais fatores responsáveis pelo encarecimento no processo de plantio.

O acompanhamento técnico, em muitos casos é deficitário. As decisões de como conduzem as atividades rurais são tomadas através da observação e tradição pelo chefe da casa. Neste ponto, o produtor defende-se alegando ser uma situação

paliativa para suprir a indisponibilidade de profissionais da EMATER-PR para atender a demanda.

De todos os entrevistados, 100% não contabilizam seus gastos e não controlam os custos de produção, desconhecendo totalmente a margem de lucro ou prejuízo que cada atividade lhes proporciona.

A venda da produção ocorre, em todas as propriedades, através de cerealistas/atravessadores, e no caso do leite é armazenado em resfriador comunitário e depois entregue a Associação dos Produtores de leite do município.

Quando foi abordado o item fundamental e principal que se relaciona diretamente com os objetivos do PRONAF – que é fortalecer o pequeno agricultor proporcionando-lhe aumento de renda - 100% dos produtores rurais entrevistados responderam que somente neste ano, com a expansão e diversificação da atividade, eles estão conseguindo aumentar a renda bruta. Os resultados efetivos serão observados somente a partir do ano de 2008.

Observando o comportamento dos agricultores por ocasião da entrevista e seus comentários informais, pode-se concluir que tem alguns fatores que constituem ameaças não só para esta amostra de produtores, mas para todos inseridos nesta atividade, e que são:

- produção em pequena escala traz o inconveniente de que os produtores não conseguem se impor no mercado, pelo menos individualmente, quer na compra de insumos e materiais, quer na venda da sua produção;

- pequenas lavouras não comportam, individualmente, a aquisição de máquinas e equipamentos que podem significar redução de custos operacionais;

- baixa utilização de insumos tem relação direta com a produtividade e com a qualidade do produto colhido;

- deficiência no processamento e armazenamento da colheita, influenciando a qualidade final do produto;

- a fase de comercialização tem sido grande responsável pelos resultados deficientes da atividade.

- a descontinuidade das atividades pelos novos integrantes da família. Os filhos estão sendo educados com a finalidade de mudar para a cidade em busca de uma melhor qualidade de vida. Dos trinta e dois produtores familiares entrevistados apenas cinco se interessam em manter os filhos na propriedade rural, isto significa um êxodo rural em 85%.

7 CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Quando se analisa o resultado da pesquisa, especificamente as Tabelas 2 a 5, pode-se verificar que a situação ali encontrada é, principalmente, decorrente do comportamento não empreendedor, da cultura e do comodismo dos produtores, aliados a insuficiência de políticas públicas destinadas especialmente a produtor rural.

Observa-se, também, que apenas o financiamento da produção, já exercido com eficiência pelos agentes financeiros desde o início do programa, por si só não é suficiente para se atingir os objetivos desejados que é o desenvolvimento do agricultor familiar.

Para isto, as proposições que se apresenta a seguir requerem a formatação de um conjunto de ações integradas entre as instâncias locais responsáveis pela execução do PRONAF (Conselhos Municipais, EMATER-PR, Sindicatos Rurais, produtores rurais, etc.) com outros programas e órgãos governamentais envolvidos com a agricultura familiar e desenvolvimento rural (Instituições Estaduais e Federais, Federações, Secretarias, etc), que tragam benefícios de curto prazo, sem perder a visão de longo prazo.

Desta forma propõe-se o seguinte plano de ação distribuído por competências:

1)- Cabe aos produtores rurais:

a)- Como primeiro passo os produtores familiares devem se organizar em grupos procurando fortalecer os Sindicatos Municipais como instrumento de formulação, acompanhamento, avaliação e controle social de planos e projetos em nível municipal. Devem provocar a revisão de responsabilidades, atribuições, estrutura e a composição dos Sindicatos. Em diversos trabalhos tem sido evidenciado que a implementação de políticas públicas torna-se tanto mais eficaz quanto mais ampla é a participação do produtor nas estruturas institucionais responsáveis pela condução do Programa.

b)- A partir do Sindicato Municipal já estruturado deverá constar como prioridade na pauta as seguintes tarefas:

- promover periodicamente encontros com os produtores para discutir questões relacionadas a cooperativismo associativismo e seus benefícios, política trabalhista no meio rural, política de preço mínimo, política fundiária, dentre outras;

- promover encontros dos produtores com as empresas integradoras como forma de diversificação de atividade na região;

- promover o cadastramento de produtores familiares que desenvolvem a atividade em sistema de arrendatário, com o objetivo de identificar beneficiários de projetos governamentais de assentamento, como o Banco da Terra e Vilas Rurais ,dando continuidade aos projetos já iniciados no município de Wenceslau Braz-PR e expandindo aos municípios da região.

c)- Focar, com acompanhamento efetivo da EMATER PR, a diversificação das atividades nas propriedades rurais. Muitas alternativas compõem as principais cadeias produtivas da agricultura regional e que significam oportunidades de agregação de renda e geração de empregos. Todas as alternativas apresentadas em seguida são passíveis de financiamento com recursos do PRONAF, tanto na modalidade de custeio ou investimento, desde que conste, no projeto, sua viabilidade e capacidade profissional do produtor. As principais são: produção de açúcar mascavo, agricultura orgânica, agroindústria rural, apicultura, avicultura de corte, bovinocultura de corte e leite, cafeicultura, cultivo em estufa, fruticultura, mandioca, ovinocultura de corte. Piscicultura, sericicultura, suinocultura e o tradicional sistema de grãos. Deve-se salientar que o sistema de grãos é uma atividade que, obrigatoriamente, terá de ser conjugada com outras atividades produtivas, normalmente na pecuária, fruticultura ou horticultura. A medida que a diversificação se solidifica, o binômio milho e feijão tenderão a perder importância na composição da renda do estabelecimento familiar, bem como disputarão a mão-de-obra com as outras atividades.

d)- Sendo a agricultura como um todo, atividade com uma série de riscos, deve o produtor, nas limitações que a pequena propriedade lhe impõe, buscar soluções que visem a minimização desses efeitos ocasionados, controlando os sistemas de produção, reduzindo custos e potencializando os resultados. Principalmente após a colheita, onde o risco de mercado tem se apresentado reduzido quando se detém maior conhecimento sobre as causas e efeitos das suas oscilações, quando se agrega valor a produção e quando se maximizam as vendas através de associações ou outras formas grupais de se comercializar.

2)- A EMATER – PR deve-se comprometer à:

-realizar seminários e Fórum Regionais para apresentação e avaliação das políticas disponíveis para a agricultura familiar no âmbito do Estado, discutindo alternativas de geração de renda para os produtores, Devem fazer parte destes eventos propostas do Governo Federal e Estadual, da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias, da FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná;

-desenvolver trabalho de conscientização e capacitação contínua dos produtores rurais, incluindo jovens e mulheres, através de treinamentos e cursos disponibilizados pela EMATER-PR, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Casa Familiar Rural ou dia de campo, como forma de profissionalizar e especializar os produtores rurais;

-promover palestras e atividades relacionadas ao meio rural nas escolas urbanas e rurais de 1º e 2º grau, como forma de incentivar a permanência dos adolescentes na propriedade rural;

- realizar diagnósticos sobre as diferentes realidades dos bairros rurais, de forma a identificar as necessidades, competências, habilidades individuais e desejos dos produtores, enumerando as prioridades, esclarecer sobre as possibilidades de diversificação da produção e rendas alternativas;

- incentivar e orientar os produtores a fazerem anotações ligadas à gestão da propriedade;

- reclassificar os produtores, reenquadrando-os em grupo de maior porte. Com esta nova condição os produtores terão acesso a um maior volume de recursos, podendo alavancar seus negócios rurais.

- buscar em outros municípios experiências bem sucedidas, como por exemplo a implantação do Observatório Sindical do Pronaf no município de Astorga (PR). Este projeto tem como objetivo específico pesquisar como se desenvolve o PRONAF junto ao seu público, ou seja, a agricultura familiar nos seus cinco grupos. Cada observatório é composto por 25 agricultores que serão pesquisados a cada dois meses, durante o período de um ano agrícola, mediante o preenchimento de questionários.

- ampliar e qualificar os profissionais da EMATER-PR com cursos voltados para a implementação do Programa, por meio de alocação de recursos do Governo Estadual, para atender com eficácia a demanda dos produtores familiares.

3)- O Banco do Brasil S/A terá como atribuição:

- ampliar e qualificar as ações de abrangência do PRONAF com o propósito de atender aos agricultores familiares como estratégia básica para a viabilização do desenvolvimento local,

- desburocratizar, automatizar e criar alternativas de agilidade o atendimento aos produtores familiares.

Para a implementação deste plano de ação é fundamental o trabalho em parceria entre sindicatos municipais, produtores e profissionais da EMATER-PR local.

4) Ao Governo Municipal caberá:

- Parte-se do pressuposto que a agricultura familiar deve receber um tratamento especial dos governos em relação às políticas públicas, em decorrência de sua importância sócio-econômica e de ser o agente fundamental para um desenvolvimento sustentado da agricultura familiar. A partir desse entendimento, algumas políticas podem ser criadas de forma genérica para atendimento básico como melhoria nas escolas rurais – existe experiência como a Casa Familiar Rural, projeto incentivado pela EMATER PR, que proporciona a permanência do jovem na sua propriedade rural, voltando o ensino para a realidade regional - , políticas de saúde - como incluir nos Planos Municipais a necessidade de implantação de um programa de atenção específica à saúde dos trabalhadores rurais que, entre outros aspectos, leve em consideração a questão do uso intensivo de agrotóxicos - .

Enfim, diversas ações poderão ser desenvolvidas objetivando a restauração e desenvolvimento da agricultura familiar, tendo como suporte financeiro os recursos do PRONAF. No entanto, a implementação do Programa, sob a ótica de oportunidade única e viável que se oferece para transformar a vida do pequeno produtor rural terá eficácia somente à longo prazo se, de fato, ocorrer o envolvimento/engajamento dos governos estaduais e municipais, produtores rurais e entidades de classe na busca de projetos viáveis e auto-sustentáveis de desenvolvimento rural.

8 CONCLUSÕES

O objetivo desta monografia foi a de obter o maior número possível de informações sobre o comportamento e desempenho do produtor familiar, no tocante a sua capacidade de desenvolver atividades lucrativas dentro da pequena propriedade rural familiar, a partir de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF .

Para a realização do presente trabalho foram entrevistados 32 produtores familiares residentes no Patrimônio São Miguel, município de Wenceslau Braz (PR), e que se beneficiam dos financiamentos do PRONAF.

Constatamos os benefícios que o PRONAF pode proporcionar aos agricultores familiares, seja pelo aumento da produção e da qualidade de vida, pelo milhão de produtores anualmente atendidos, através do crédito, ou pelo aumento da oferta de alimentos para a população.

Conhecemos, também, a situação de precariedade em que vivem. Precariedade esta que, na maioria dos produtores, vem reforçar o sentimento de inferioridade objetivada através de conclusões errôneas sobre a sua incapacidade de progresso.

Porém, surpreendeu-me a constatação da certeza de que há saídas para o campo, que é possível a não continuidade da miséria, desde que todos os elos do ambiente familiar façam a sua parte ao comprometerem-se publicamente com decisões que envolvam a vida de tantas pessoas. Para cumprir o prometido, faz-se necessária a firmeza de propósitos, a correção de desvios e o profissionalismo. Não se consegue discutir em pé de igualdade, se o conhecimento é domínio só de alguns dos envolvidos no sistema. Conhecer os componentes da sua realidade e decidir que destino dar a ela é o mínimo dos direitos que tem os agricultores. Possibilitar-lhes os meios é dever da nossa sociedade, principalmente em cidades com o perfil do município de Wenceslau Braz, que têm sua estrutura fundada na agricultura familiar.

Cabe comentar, também, sobre a importância da perfeita interação entre as três áreas básicas de atuação do Programa, - PRONAF – CRÉDITO; PRONAF – INFRA-ESTRUTURA e PRONAF – CAPACITAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO - o qual, na prática, não se tem verificado. O financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios e a capacitação e profissionalização de técnicos e agricultores,

conjugados com uma efetiva assistência técnica, são determinantes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Assim facilitando e valorizando o trabalho do agricultor familiar, fazendo com que ele permaneça na área rural, o Programa não só contribuirá para a melhoria da condição de vida de aproximadamente 14 milhões de pessoas economicamente ativas, distribuídas em 4,3 milhões de estabelecimentos, como também evitaria que esse estrato da população, na sua maioria com pouco grau de instrução e baixa qualificação profissional, migrasse para a periferia das pequenas e grandes cidades.

Fica aqui o desafio de que as idéias expostas, longe de representarem o adequado e final equacionamento para o angustiante problema de como financiar e desenvolver a agricultura em nosso país, não constitua somente um conjunto de alternativas para debate, mas também, uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar nos municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN/RECOR. Número contratos e montante de recursos liberados PRONAF-Crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em 28 ago.2007.

BACEN/RECOR: *Publicações – Anuário estatístico do crédito rural*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 28 ago 2007.

BANCO DO BRASIL S/A: LIC – Livro de instruções circulares. Brasília, 2007.

BANCO DO BRASIL S/A – Wenceslau Braz-PR: Dados Estatísticos, 2007.

BRUM, Argemiro J.. O desenvolvimento econômico brasileiro. 20ª ed. Ijuí: Unijuí, 1999.

CIMBALISTA, Silmara. *Desigualdade e pobreza no Brasil: os desafios do governo Lula*. 2002. Disponível em: < <http://gigaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober.pdf> > Acesso em 17 abr.2007.

EMATER-PR. *PRONAF-Crédito Rural*. Disponível em: < www.emater.pr.gov. > Acesso em 26 mai. de 2007.

EMATER-PR. *Relatório de atividades agropecuárias*, EMATER Wenceslau Braz-PR. 2006.

FREITAS, H. OLIVEIRA ,M. SACCOL, A.Z. e MOSCAROLA , J. O Método de pesquisa survey. São Paulo: Revista de Administração da USP, V. 35, Nº 3, JUL-SET. DE 2000, P. 105-112.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando G.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. A agricultura familiar e o PRONAF: Contexto e perspectivas. *In: GASQUES, José Garcia. et. al. (orgs). Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001, p.480-537.

GIL, Antonio Carlos Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas,1999.

GUANZIROLLI, Carlos Henrique; CARDIM, Silvia E.C.S. (coord). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: FAO/INCRA, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 11 abr.2007.

HELFAND, Steven M., RESENDE, Gervásio Castro de. A agricultura brasileira nos anos 1990: O impacto das reformas políticas. *In: GASQUES, José Garcia ...[et. al.] (orgs). Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001, p.248-296.

IBGE. Censo agropecuário 1995/1996. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br>> Acesso em 27 abr. 2007.

INCRA/FAO. Convênio INCRA/FAO. Agricultura Familiar: Censo 95/96 - dados totalizados do Brasil e das grandes regiões e municípios. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>> Acesso em 11 abr. 2007.

INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Projeto de cooperação INCRA/FAO. Brasília, 2000.

Índice de Desenvolvimento Humano nos Estados. Disponível em: <<http://www1.folha.wol.com.br> > Acesso em 19 abr. 2007.

KAYSER, Bernard. *A cultura: uma alavanca para o desenvolvimento local*. 1994. Disponível em: < <http://europa.eu.int/comm/archives/leader2rural-pt.htm> > Acesso em 02 set.2007.

Manual de Crédito Rural. Disponível em: <www.bcb.gov.br> Acesso em 06 abr. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, Fauze Nagib. Pesquisa de marketing 1: metodologia e planejamento. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

PARANACIDADE. *Serviço social autônomo paranacidade*. 2007. Disponível em: <http://www.paranacidade.org.br/minicipios/a_economicos.php?id_munic...> Acesso em 06 ago. 2007.

PRONAF/SAF/MDA. *Plano Safra para a agricultura familiar 2006/2007 - CONSEA* . 2003. Disponível em : < http://www.pronaf.gov.br/plano_safra/2006_04/apre.htm > Acesso em: 31 jul.2007.

RESENDE, Gervásio Castro de. Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados. In: GASQUES, José Garcia ...[et. al.] (orgs). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001, p.214-242.

SILVA, Jose Graziano da; WEID, Jean Marc Von der; BIANCHINI, Valter. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

SUPER-PR. Superintendência Estadual do Banco do Brasil. *Relatório de dados estatísticos*. Curitiba: 2007.

ZUKOWSKI, José Carlos; et al. *Financiamento do setor rural: novas alternativas*. 2001. Monografia (MBA em Agronegócios), ESALQ/Universidade Estadual de São Paulo, Piracicaba.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa junto aos pequenos produtores rurais da área em estudo

NOME:- _____

LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:- _____

- 1.- Qual a área total de sua propriedade? Ou da área arrendada?
- 2 – Quantas pessoas formam a família?
- 3 – Qual o grau de escolaridade e a idade do produtor familiar?
- 4- Sua atividade é agrícola ou pecuária de leite?
- 5 - Qual a sua renda bruta anual (discriminar por atividade)?
- 6.- Descreva os maquinários e implementos utilizados na propriedade.
- 7- Possui algum tipo de acompanhamento técnico?Qual?
- 8 - Qual a frequência utilização de recursos do PRONAF? Quais são esses recursos? Os mesmos são suficientes?
- 9 - Como você classifica o atendimento do Banco do Brasil S/A, no que se refere à liberação de recursos do PRONAF?
- 10- Depois que começou utilizar recursos do PRONAF, como você consideraria seu desenvolvimento na atividade rural, isto é, conseguiu aumentar a sua renda bruta?
- 11.- Quais melhorias você conseguiu implementar em suas atividades?